

RESPOSTAS AOS RECURSO

QUESTIONAMENTO SOBRE O GABARITO DA QUESTÃO 14 PARA PORTUGUÊS FUNDAMENTAL

PEDIDO INDEFERIDO.

O termo destacado é uma conjunção consecutiva, já que se relaciona a oração anterior com a posterior, com uma relação de consequência.

QUESTIONAMENTO SOBRE O GABARITO DA QUESTÃO 15 PARA PORTUGUÊS FUNDAMENTAL

PEDIDO INDEFERIDO.

O predicado é dito verbo nominal, já que tem dois núcleos um verbo (chegar) e um nome (ofegante).

QUESTIONAMENTO SOBRE O GABARITO DA QUESTÃO 21 PARA O CARGO DE ENFERMEIRO

PEDIDO INDEFERIDO.

A letra ****C**** está correta porque a radiação ionizante é uma técnica de esterilização adequada para materiais termossensíveis. Ela utiliza radiações como raios gama ou feixes de elétrons para eliminar microrganismos, sem a necessidade de calor ou umidade. Essa técnica é especialmente útil para dispositivos médicos sensíveis ao calor.

Por outro lado, a letra ****D**** está incorreta porque o glutaraldeído não é uma técnica de esterilização, mas sim um desinfetante de alto nível. Ele é usado para desinfecção de equipamentos médicos, mas não é adequado para esterilização completa de materiais termossensíveis.

QUESTIONAMENTO SOBRE O GABARITO DA QUESTÃO 34 PARA O CARGO DE ENFERMEIRO

PEDIDO INDEFERIDO.

A avaliação do estado de hidratação do paciente é crucial no tratamento de queimaduras. Vamos analisar cada opção:

- (A) Não é relevante para o tratamento de queimaduras: Essa afirmação está incorreta. A hidratação adequada é fundamental para a recuperação do paciente queimado, pois as queimaduras causam perda significativa de líquidos e eletrólitos.
- (B) Para administrar menos fluidos intravenosos possível: Essa opção também está incorreta. O objetivo não é administrar menos fluidos, mas sim fornecer a quantidade necessária para manter a hidratação adequada.
- (C) Para administrar fluidos intravenosos conforme necessário: Essa é a resposta correta. A avaliação contínua do estado de hidratação permite ajustar a reposição volêmica de acordo com as necessidades individuais do paciente. Isso ajuda a evitar a desidratação ou a super-hidratação.

- (D) Para incentivar a desidratação do paciente: Essa afirmação está incorreta. O objetivo não é incentivar a desidratação, mas sim manter o paciente adequadamente hidratado para promover a cicatrização e prevenir complicações.

Portanto, a resposta correta é a letra C, pois a avaliação cuidadosa da hidratação é essencial para o tratamento eficaz de queimaduras.

QUESTIONAMENTO SOBRE O GABARITO DA QUESTÃO 26 PARA O CARGO DE GUARDA CIVIL MUNICIPAL

PEDIDO INDEFERIDO

A Lei é clara: DOS SUJEITOS DO CRIME

Art. 2º É sujeito ativo do crime de abuso de autoridade qualquer agente público, servidor ou não, da administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de Território, compreendendo, mas não se limitando a:

I - servidores públicos e militares ou pessoas a eles equiparadas;

II - membros do Poder Legislativo;

III - membros do Poder Executivo;

IV - membros do Poder Judiciário;

V - membros do Ministério Público;

VI - membros dos tribunais ou conselhos de contas.

Parágrafo único. Reputa-se agente público, para os efeitos desta Lei, todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função em órgão ou entidade abrangidos pelo caput deste artigo.

Portanto, a banca examinadora considera como correta a letra C, tendo em vista ser bem mais abrangente que as demais alternativas e mais condizente com a letra da lei, que diz:

Qualquer agente público, servidor ou não, da administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de Território.

Não alterando seu gabarito.

QUESTIONAMENTO SOBRE O GABARITO DA QUESTÃO 30 PARA O CARGO DE GUARDA CIVIL MUNICIPAL

PEDIDO INDEFERIDO

Vamos analisar cada alternativa em relação à Lei de Abuso de Autoridade:

1. (A) Apenas a perda do cargo, do mandato ou da função pública: Essa alternativa está incorreta. A condenação por abuso de autoridade não se limita apenas à perda do cargo, mandato ou função pública.
2. (B) Tornar certa a obrigação de indenizar o dano causado e a perda do cargo, do mandato ou da função pública: Esta alternativa está correta. De acordo com o Artigo 4º da Lei de Abuso de Autoridade, os efeitos da condenação incluem não apenas a obrigação de indenizar o dano causado pelo crime, mas também a possibilidade de inabilitação para o exercício de cargo, mandato ou função pública por um período de 1 a 5 anos.
3. (C) Inabilitação para o exercício de cargo, mandato ou função pública e a perda do cargo, do mandato ou da função pública: Essa alternativa também está incorreta. Embora mencione a inabilitação, não abrange a obrigação de indenização.
4. (D) Apenas a obrigação de indenizar o dano causado pelo crime: Essa alternativa está incorreta. A condenação não se limita apenas à obrigação de indenização. Portanto, a alternativa (B) é a correta, pois abrange tanto a indenização quanto a inabilitação para o exercício de cargo, mandato ou função pública.

Art. 4º São efeitos da condenação:

I - tornar certa a obrigação de indenizar o dano causado pelo crime, devendo o juiz, a requerimento do ofendido, fixar na sentença o valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração, considerando os prejuízos por ele sofridos;

II - a inabilitação para o exercício de cargo, mandato ou função pública, pelo período de 1 (um) a 5 (cinco) anos;

III - a perda do cargo, do mandato ou da função pública.

Parágrafo único. Os efeitos previstos nos incisos II e III do caput deste artigo são condicionados à ocorrência de reincidência em crime de abuso de autoridade e não são automáticos, devendo ser declarados motivadamente na sentença.

QUESTIONAMENTO SOBRE O GABARITO DA QUESTÃO 32 PARA O CARGO DE GUARDA CIVIL MUNICIPAL

PEDIDO INDEFERIDO

A letra C está correta, e as demais estão erradas ou incompletas:

- (A): A assertiva A está incorreta. A prestação dos serviços públicos pode ocorrer tanto de forma direta quanto indireta, não exclusivamente.

- (B): A assertiva B também está incorreta. Os serviços públicos podem ser prestados diretamente, mas não apenas através de autorização.

- (D): A assertiva D está incompleta. Embora a licitação seja uma forma comum de contratação para a prestação de serviços públicos, não é a única. Além disso, a menção ao "contrato de adesão" não abrange todas as formas de prestação.

Ainda,

A inclusão da frase "**marque a questão mais correta**" pode parecer redundante, pois, como bem sabemos, é óbvio que os candidatos devem escolher a resposta mais correta para obter a pontuação máxima na questão. No entanto, essa frase muitas vezes é adicionada, porém, seu uso não é obrigatório.

QUESTIONAMENTO SOBRE O GABARITO DA QUESTÃO 34 PARA O CARGO DE GUARDA CIVIL MUNICIPAL

PEDIDO DEFERIDO.

Questão **NULA.**

QUESTIONAMENTO SOBRE O GABARITO DA QUESTÃO 36 PARA O CARGO DE GUARDA CIVIL MUNICIPAL

PEDIDO DEFERIDO.

Questão **NULA.**

QUESTIONAMENTO SOBRE O GABARITO DA QUESTÃO 21 PARA O CARGO DE BIÓLOGO

PEDIDO INDEFERIDO.

Referente ao quesito de ambiguidade levantado pelo candidato: A banca examinadora compreende sua frustração, mas é importante notar que as questões como estas são uma parte comum das provas. Elas são projetadas para testar sua capacidade de interpretar informações e aplicar seu conhecimento de maneira eficaz. Se o candidato realmente dominasse o assunto, seria capaz de contornar a questão e fornecer uma resposta precisa. Encorajamos os candidatos a usar essas situações como uma oportunidade para desenvolver suas habilidades de resolução de problemas e interpretação de questões.

QUESTIONAMENTO SOBRE O GABARITO DA QUESTÃO 38 PARA O CARGO DE AGENTE MUNICIPAL DE TRÂNSITO

PEDIDO INDEFERIDO.

A letra C está correta porque o gestor financeiro do órgão de trânsito deve encaminhar via Sistema RENAINF um arquivo de cobrança solicitando os valores devidos ao órgão arrecadador. O ****Sistema RENAINF**** é utilizado para registrar as arrecadações de infrações de trânsito cometidas em unidades da Federação diferentes da de licenciamento do veículo. Ele permite o processamento dos autos de infrações, das ocorrências e o intercâmbio de informações¹.

Agora, vamos analisar as demais opções:

- (A) Enviar um e-mail solicitando o repasse: Essa opção não é apropriada para solicitar o repasse financeiro de forma oficial e padronizada.
- (B) Realizar uma ligação telefônica para o órgão arrecadador: Embora a comunicação por telefone seja possível, não é a forma mais eficiente e documentada para solicitar o repasse.
- (D) Comparecer pessoalmente ao órgão arrecadador: Essa opção também não é a mais eficiente, especialmente considerando a tecnologia disponível.

Portanto, a resposta correta é a ****letra C****, pois o uso do Sistema RENAINF para encaminhar o arquivo de cobrança é o procedimento adequado para solicitar o repasse financeiro.

(1) Acesso ao Sistema RENAINF — Ministério dos Transportes. <https://www.gov.br/transportes/pt-br/assuntos/transito/conteudo-Senatran/sistema-renainf>.

(2) Transferências de Recursos X Gastos Diretos. <https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603238-gastos-diretos-x-transferencias-de-recursos>.

(3) Resolução CONTRAN Nº 932 DE 28/03/2022 - Federal - LegisWeb. <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=429766>.

(4) PORTFÓLIO RENAINF - Minas Gerais. <https://transito.mg.gov.br/publico/legado/Portfolio%20RENAINF1.pdf>.

Questão 40: Recurso INDEFERIDO.

QUESTIONAMENTO SOBRE O GABARITO DA QUESTÃO 39 PARA O CARGO DE PROFESSOR PEDAGOGO

PEDIDO DEFERIDO.

Questão NULA.

QUESTIONAMENTO SOBRE O GABARITO DA QUESTÃO 35 PARA O CARGO DE PSICÓLOGO

PEDIDO INDEFERIDO.

A questão em comento é taxativa em dizer: *“transgressão de maior gravidade, como delineado nas diretrizes do Código de Ética”*, assim, no Código de Ética Profissional do Psicólogo, no que tange ao item DAS DISPOSIÇÕES GERAIS, diz o seguinte:

Art. 21 – As transgressões dos preceitos deste Código constituem infração disciplinar com a aplicação das seguintes penalidades, na forma dos dispositivos legais ou regimentais: a) Advertência; b) Multa; c) Censura pública; d) Suspensão do exercício profissional, por até 30 (trinta) dias, ad referendum do Conselho Federal de Psicologia; e) ***Cassação do exercício profissional, ad referendum do Conselho Federal de Psicologia.***

Esse item está em ordem do menos grave ao mais grave porque segue uma lógica progressiva de penalidades, com base na gravidade da infração disciplinar cometida. Vamos a explicação de cada item, por grau de gravidade:

1. Advertência: É a penalidade menos grave e geralmente é aplicada em casos de infrações leves ou como uma medida educativa para alertar o profissional sobre comportamentos inadequados.
2. Multa: É uma penalidade financeira que pode ser imposta em casos de infrações mais sérias, mas que ainda não justificam medidas mais drásticas.
3. Censura pública: Consiste na reprovação pública do profissional por condutas inadequadas, visando alertar a comunidade sobre sua conduta e promover a responsabilidade ética.
4. Suspensão do exercício profissional: É uma penalidade mais severa, que impede temporariamente o profissional de exercer sua profissão por um período determinado, geralmente em casos de infrações graves que exigem uma punição mais rigorosa.
5. Cassação do exercício profissional: É a penalidade mais grave e definitiva, que resulta na perda do direito de exercer a profissão. Geralmente é reservada para casos extremos de violação ética ou condutas que comprometem gravemente a integridade e confiança na profissão.

Essa ordenação das penalidades reflete a progressão lógica de medidas punitivas, com o objetivo de promover a ética e a responsabilidade profissional, ao mesmo tempo em que permite uma escalabilidade nas punições de acordo com a gravidade da infração.

QUESTIONAMENTO SOBRE O GABARITO DA QUESTÃO 36 PARA O CARGO DE PSICÓLOGO

PEDIDO DEFERIDO.

Questão **NULA.**

QUESTIONAMENTO SOBRE O GABARITO DA QUESTÃO 21 PARA O CARGO DE FISCAL AMBIENTAL

PEDIDO DEFERIDO.

Questão **NULA.**

QUESTIONAMENTO SOBRE O GABARITO DA QUESTÃO 23 PARA O CARGO DE FISCAL AMBIENTAL

PEDIDO INDEFERIDO.

Esta banca examinadora entende a letra C como correta. A relação entre incentivos fiscais e proteção ambiental é um tema relevante e complexo:

1. Artigo sobre Incentivos Fiscais e Proteção Ambiental:

- O artigo "Incentivos fiscais e proteção ambiental: tudo que você precisa saber" explora como os incentivos fiscais podem ser associados à proteção ambiental. Ele destaca que o governo pode oferecer esses incentivos de forma planejada, mirando setores e iniciativas que tragam

retorno real, seja econômico ou institucional. Além disso, aborda a importância da proteção ambiental para a credibilidade das empresas no mercado.

2. Reflexão Crítica sobre Incentivos Fiscais e Proteção Ambiental:

- Um artigo intitulado "Instrumentos econômicos e proteção ambiental: uma reflexão acerca dos incentivos fiscais" discute as vantagens e limitações dos incentivos fiscais para estimular a proteção ambiental. Ele aborda questões jurídicas, orçamentárias, principiológicas e práticas relacionadas a esses instrumentos.

3. Considerações sobre o Impacto Econômico e Ambiental:

- Outro artigo, "Políticas públicas para a concessão de incentivos fiscais na proteção ambiental", destaca como o uso desses incentivos pode impactar o meio ambiente e a economia. Ele ressalta que a tributação pode ser um instrumento de política pública ambiental.

Em resumo, os incentivos fiscais podem ser uma ferramenta importante para promover a proteção ambiental, mas é essencial considerar suas limitações e avaliar cuidadosamente sua eficácia e eficiência. A relação entre esses dois aspectos é complexa e envolve diversos fatores legais, orçamentários e práticos.

Bibliografia:

- (1) Incentivos fiscais e proteção ambiental: tudo que você precisa saber. <https://solutiresponde.com.br/incentivos-fiscais-e-protecao-ambiental-tudo-que-voce-precisa-saber/>.
- (2) Instrumentos econômicos e proteção ambiental: uma reflexão acerca dos <https://bing.com/search?q=embasamento+para+coment%c3%a1rio+sobre+incentivos+fiscais+para+prote%c3%a7%c3%a3o+ambiental>.
- (3) Instrumentos econômicos e proteção ambiental: uma reflexão acerca dos https://www.researchgate.net/publication/370171263_Instrumentos_economicos_e_protecao_ambiental_uma_reflexao_acerca_dos_incentivos_fiscais.
- (4) POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A CONCESSÃO DE INCENTIVOS FISCAIS NA PROTEÇÃO <https://paginasdedireito.com.br/artigos/todos-os-artigos/politicas-publicas-para-a-concessao-de-incentivos-fiscais-na-protecao-ambiental.html>.
- (5) O meio ambiente e os incentivos fiscais – SEDEP. <https://www.sedep.com.br/artigos/o-meio-ambiente-e-os-incentivos-fiscais/>.

QUESTIONAMENTO SOBRE O GABARITO DA QUESTÃO 24 PARA O CARGO DE FISCAL AMBIENTAL

PEDIDO INDEFERIDO.

- (A) Podem legislar livremente sobre todos os aspectos relacionados ao meio ambiente: Essa alternativa não está correta. **Os Municípios não têm total liberdade para legislar sobre todos os aspectos ambientais. Suas competências são delimitadas pela Constituição Federal.**

- (B) Devem seguir estritamente as diretrizes estabelecidas pela legislação federal e estadual: Essa alternativa também não está correta. **Embora os Municípios devam observar as diretrizes federais e estaduais, eles têm autonomia para legislar em questões de interesse local.**

- (C) Têm competência para legislar sobre questões de interesse local e complementar a legislação federal e estadual, no que couber: Essa alternativa está correta. De acordo com a Constituição Federal, os Municípios possuem competência legislativa complementar. Isso significa que eles podem criar normas ambientais **específicas para sua realidade local, desde que não contrariem as leis federais e estaduais.**

- (D) Não possuem competência para legislar sobre questões ambientais, sendo exclusiva dos Estados e da União: Essa alternativa está incorreta. **Os Municípios têm sim competência para legislar sobre questões ambientais, desde que dentro dos limites estabelecidos pela legislação superior.**

Portanto, a alternativa correta é (C) Têm competência para legislar sobre questões de interesse local e complementar a legislação federal e estadual, no que couber. Os Municípios desempenham um papel importante na gestão ambiental, adaptando as normas gerais às necessidades específicas de suas comunidades.

Bibliografia:

(1) A COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS AMBIENTAIS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988. <https://emporiiodireito.com.br/leitura/a-competencia-dos-orgaos-ambientais-na-constituicao-federal-de-1988>.

(2) A COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS AMBIENTAIS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988. <https://bing.com/search?q=compet%3%aancia+dos+Munic%3%adpios+em+rela%3%a7%3%a3o+%c3%a0+legisla%3%a7%3%a3o+ambiental+Constitui%3%a7%3%a3o+Federal>.

(3) A competência do município em legislar sobre matéria ambiental e <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/a-competencia-do-municipio-em-legislar-sobre-materia-ambiental-e-urbanistica/484231490>.

(4) Competências dos Estados (art. 25 e 125, CF/88) e Municípios (art. 30 <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/competencias-dos-estados-art-25-e-125-cf-88-e-municipios-art-30-cf-88/829883880>.

QUESTIONAMENTO SOBRE O GABARITO DA QUESTÃO 40 PARA O CARGO DE FISCAL AMBIENTAL

PEDIDO INDEFERIDO.

- (A) O prazo máximo para análise é de 12 (doze) meses, independentemente da existência de EIA/RIMA ou audiência pública: Essa alternativa está incorreta. De acordo com a Resolução CONAMA nº 237, o prazo máximo para análise de licenças ambientais pode variar e não é fixo

em 12 meses. Além disso, a existência de Estudo de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) ou audiência pública pode influenciar o prazo.

Art. 14 - O órgão ambiental competente poderá estabelecer prazos de análise diferenciados para cada modalidade de licença (LP, LI e LO), em função das peculiaridades da atividade ou empreendimento, bem como para a formulação de exigências complementares, desde que observado o prazo máximo de 6 (seis) meses a contar do ato de protocolar o requerimento até seu deferimento ou indeferimento, ressalvados os casos em que houver EIA/RIMA e/ou audiência pública, quando o prazo será de até 12 (doze) meses.

- (B) A contagem do prazo de análise é suspensa durante a elaboração dos estudos ambientais complementares ou esclarecimentos pelo órgão ambiental competente: Essa alternativa está correta. Durante a elaboração de estudos ambientais complementares ou esclarecimentos solicitados pelo órgão ambiental competente, o prazo de análise pode ser suspenso. Isso permite que o órgão avalie adequadamente as informações adicionais antes de tomar uma decisão.

Art. 14, § 1º - A contagem do prazo previsto no caput deste artigo será suspensa durante a elaboração dos estudos ambientais complementares ou preparação de esclarecimentos pelo empreendedor.

- (C) Os prazos estipulados podem ser alterados unilateralmente pelo competente, órgão ambiental independentemente da concordância do empreendedor: Essa alternativa está incorreta. Os prazos não podem ser alterados unilateralmente pelo órgão ambiental. Qualquer mudança deve ser justificada e discutida com o empreendedor.

Art. 14 § 2º - Os prazos estipulados no caput poderão ser alterados, desde que justificados e com a concordância do empreendedor e do órgão ambiental competente.

- (D) O prazo máximo para análise é de 6 (seis) meses, podendo ser estendido para até 24 (vinte e quatro) meses em casos excepcionais: Essa alternativa está incorreta. O prazo máximo para análise pode variar, mas não é fixo em 6 meses. A extensão para até 24 meses é possível em situações excepcionais, mas não é o prazo padrão. E a questão não fez menção a exceção.

*Art. 14 - O órgão ambiental competente poderá estabelecer prazos de análise diferenciados para cada modalidade de licença (LP, LI e LO), em função das peculiaridades da atividade ou empreendimento, bem como para a formulação de exigências complementares, desde que observado o prazo máximo de 6 (seis) meses a contar do ato de protocolar o requerimento até seu deferimento ou indeferimento, ressalvados os casos em que houver EIA/RIMA e/ou audiência pública, **quando o prazo será de até 12 (doze) meses.***

Portanto, a alternativa correta é (B) A contagem do prazo de análise é suspensa durante a elaboração dos estudos ambientais complementares ou esclarecimentos pelo órgão ambiental competente.

(1) A COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS AMBIENTAIS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988. <https://emporiododireito.com.br/leitura/a-competencia-dos-orgaos-ambientais-na-constituicao-federal-de-1988>.

(2) A COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS AMBIENTAIS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.
<https://bing.com/search?q=compet%C3%aancia+dos+Munic%C3%adpios+em+rela%C3%A7%C3%A3o+%C3%A0+legisla%C3%A7%C3%A3o+ambiental+Constitui%C3%A7%C3%A3o+Federal>.

(3) A competência do município em legislar sobre matéria ambiental e
<https://www.jusbrasil.com.br/artigos/a-competencia-do-municipio-em-legislar-sobre-materia-ambiental-e-urbanistica/484231490>.

(4) Competências dos Estados (art. 25 e 125, CF/88) e Municípios (art. 30
<https://www.jusbrasil.com.br/artigos/competencias-dos-estados-art-25-e-125-cf-88-e-municipios-art-30-cf-88/829883880>.

QUESTIONAMENTO SOBRE O GABARITO DA QUESTÃO 36 PARA O CARGO DE FISCAL DE TRIBUTOS

PEDIDO INDEFERIDO.

A alternativa correta é a letra C. O preço público possui as seguintes características:

- Não é compulsório como a taxa**: Diferentemente das taxas, o preço público não é obrigatório para todos os usuários dos serviços públicos. Ele não possui natureza tributária e sim contratual, oriunda da contraprestação por um serviço prestado efetivamente.

- Não é determinado pela capacidade contributiva dos usuários: O preço público não está relacionado à capacidade financeira dos usuários. Ele é fundado no "jus gestionis" e pode ser instituído por Decreto, embora se sujeite ao regime jurídico de direito público, possui natureza de direito privado sob supervisão governamental.

- Não representa uma receita originária para o Estado: A receita originária está associada a tributos como as taxas. O preço público, por sua vez, é uma receita derivada, resultante da contraprestação por serviços específicos prestados pelo Estado.

- Não pode ser cobrado semelhante a um tributo: O preço público não segue as mesmas regras de cobrança que os tributos. Ele não está sujeito ao princípio da legalidade estrita e não é compulsório.

Portanto, a alternativa correta é a letra **C**, que reconhece o preço público como uma receita derivada e voluntária, oriunda da prestação de serviços específicos pelo Estado.

(1) Súmula 545 do STF: as diferenças entre taxa e preço público. <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/sumula-545-do-stf-as-diferencas-entre-taxa-e-preco-publico-09042021>.

(2) Diferença de taxa e preço público | Jusbrasil.
<https://www.jusbrasil.com.br/artigos/diferenca-de-taxa-e-preco-publico/381069102>.

(3) A respeito da receita pública, analise as afirmações: I....
<https://www.qconcursos.com/questoes-de-concursos/questoes/92bb5e59-0b>.

ENFERMEIRO

Questão 21: Recurso INDEFERIDO.

A letra ****C**** está correta porque a radiação ionizante é uma técnica de esterilização adequada para materiais termossensíveis. Ela utiliza radiações como raios gama ou feixes de elétrons para eliminar microrganismos, sem a necessidade de calor ou umidade. Essa técnica é especialmente útil para dispositivos médicos sensíveis ao calor.

Por outro lado, a letra ****D**** está incorreta porque o glutaraldeído não é uma técnica de esterilização, mas sim um desinfetante de alto nível. Ele é usado para desinfecção de equipamentos médicos, mas não é adequado para esterilização completa de materiais termossensíveis.

Questão 34: Recurso INDEFERIDO.

A avaliação do estado de hidratação do paciente é crucial no tratamento de queimaduras. Vamos analisar cada opção:

- (A) Não é relevante para o tratamento de queimaduras: Essa afirmação está incorreta. A hidratação adequada é fundamental para a recuperação do paciente queimado, pois as queimaduras causam perda significativa de líquidos e eletrólitos.
- (B) Para administrar menos fluidos intravenosos possível: Essa opção também está incorreta. O objetivo não é administrar menos fluidos, mas sim fornecer a quantidade necessária para manter a hidratação adequada.
- (C) Para administrar fluidos intravenosos conforme necessário: Essa é a resposta correta. A avaliação contínua do estado de hidratação permite ajustar a reposição volêmica de acordo com as necessidades individuais do paciente. Isso ajuda a evitar a desidratação ou a super-hidratação.
- (D) Para incentivar a desidratação do paciente: Essa afirmação está incorreta. O objetivo não é incentivar a desidratação, mas sim manter o paciente adequadamente hidratado para promover a cicatrização e prevenir complicações.

Portanto, a resposta correta é a letra C, pois a avaliação cuidadosa da hidratação é essencial para o tratamento eficaz de queimaduras.

GUARDA CIVIL MUNICIPAL

Questão 23: Recurso **DEFERIDO**.

Questão **NULA**.

Questão 26: Recurso INDEFERIDO.

A Lei é clara: DOS SUJEITOS DO CRIME

Art. 2º É sujeito ativo do crime de abuso de autoridade qualquer agente público, servidor ou não, da administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de Território, compreendendo, mas não se limitando a:

I - servidores públicos e militares ou pessoas a eles equiparadas;

II - membros do Poder Legislativo;

III - membros do Poder Executivo;

IV - membros do Poder Judiciário;

V - membros do Ministério Público;

VI - membros dos tribunais ou conselhos de contas.

Parágrafo único. Reputa-se agente público, para os efeitos desta Lei, todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função em órgão ou entidade abrangidos pelo caput deste artigo.

Portanto, a banca examinadora considera como correta a letra C, tendo em vista ser bem mais abrangente que as demais alternativas e mais condizente com a letra da lei, que diz:

Qualquer agente público, servidor ou não, da administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de Território.

Não alterando seu gabarito.

Questão 30: Recurso INDEFERIDO:

Vamos analisar cada alternativa em relação à Lei de Abuso de Autoridade:

1. (A) Apenas a perda do cargo, do mandato ou da função pública: Essa alternativa está incorreta. A condenação por abuso de autoridade não se limita apenas à perda do cargo, mandato ou função pública.

2. (B) Tornar certa a obrigação de indenizar o dano causado e a perda do cargo, do mandato ou da função pública: Esta alternativa está correta. De acordo com o Artigo 4º da Lei de Abuso de Autoridade, os efeitos da condenação incluem não apenas a obrigação de indenizar o dano causado pelo crime, mas também a possibilidade de inabilitação para o exercício de cargo, mandato ou função pública por um período de 1 a 5 anos.

3. (C) Inabilitação para o exercício de cargo, mandato ou função pública e a perda do cargo, do mandato ou da função pública: Essa alternativa também está incorreta. Embora mencione a inabilitação, não abrange a obrigação de indenização.

4. (D) Apenas a obrigação de indenizar o dano causado pelo crime: Essa alternativa está incorreta. A condenação não se limita apenas à obrigação de indenização. Portanto, a alternativa

(B) é a correta, pois abrange tanto a indenização quanto a inabilitação para o exercício de cargo, mandato ou função pública.

Art. 4º São efeitos da condenação:

I - tornar certa a obrigação de indenizar o dano causado pelo crime, devendo o juiz, a requerimento do ofendido, fixar na sentença o valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração, considerando os prejuízos por ele sofridos;

II - a inabilitação para o exercício de cargo, mandato ou função pública, pelo período de 1 (um) a 5 (cinco) anos;

III - a perda do cargo, do mandato ou da função pública.

Parágrafo único. Os efeitos previstos nos incisos II e III do caput deste artigo são condicionados à ocorrência de reincidência em crime de abuso de autoridade e não são automáticos, devendo ser declarados motivadamente na sentença.

Questão 32: Recurso INDEFERIDO.

A letra C está correta, e as demais estão erradas ou incompletas:

- (A): A assertiva A está incorreta. A prestação dos serviços públicos pode ocorrer tanto de forma direta quanto indireta, não exclusivamente.

- (B): A assertiva B também está incorreta. Os serviços públicos podem ser prestados diretamente, mas não apenas através de autorização.

- (D): A assertiva D está incompleta. Embora a licitação seja uma forma comum de contratação para a prestação de serviços públicos, não é a única. Além disso, a menção ao "contrato de adesão" não abrange todas as formas de prestação.

Ainda,

A inclusão da frase "**marque a questão mais correta**" pode parecer redundante, pois, como bem sabemos, é óbvio que os candidatos devem escolher a resposta mais correta para obter a pontuação máxima na questão. No entanto, essa frase muitas vezes é adicionada, porém, seu uso não é obrigatório.

Questão 34: Recurso DEFERIDO.

Questão NULA.

Questão 36: Recurso DEFERIDO.

Questão NULA.

Questão 39: Recurso DEFERIDO.

Alteração do Gabarito para letra **A**.

BIÓLOGO

Questão 21: Recurso INDEFERIDO.

Referente ao quesito de ambiguidade levantado pelo candidato: A banca examinadora compreende sua frustração, mas é importante notar que as questões como estas são uma parte comum das provas. Elas são projetadas para testar sua capacidade de interpretar informações e aplicar seu conhecimento de maneira eficaz. Se o candidato realmente dominasse o assunto, seria capaz de contornar a questão e fornecer uma resposta precisa. Encorajamos os candidatos a usar essas situações como uma oportunidade para desenvolver suas habilidades de resolução de problemas e interpretação de questões.

AGENTE MUNICIPAL DE TRÂNSITO

Questão 38: Recurso INDEFERIDO.

A letra C está correta porque o gestor financeiro do órgão de trânsito deve encaminhar via Sistema RENAINF um arquivo de cobrança solicitando os valores devidos ao órgão arrecadador. O ****Sistema RENAINF**** é utilizado para registrar as arrecadações de infrações de trânsito cometidas em unidades da Federação diferentes da de licenciamento do veículo. Ele permite o processamento dos autos de infrações, das ocorrências e o intercâmbio de informações¹.

Agora, vamos analisar as demais opções:

- (A) Enviar um e-mail solicitando o repasse: Essa opção não é apropriada para solicitar o repasse financeiro de forma oficial e padronizada.
- (B) Realizar uma ligação telefônica para o órgão arrecadador: Embora a comunicação por telefone seja possível, não é a forma mais eficiente e documentada para solicitar o repasse.
- (D) Comparecer pessoalmente ao órgão arrecadador: Essa opção também não é a mais eficiente, especialmente considerando a tecnologia disponível.

Portanto, a resposta correta é a ****letra C****, pois o uso do Sistema RENAINF para encaminhar o arquivo de cobrança é o procedimento adequado para solicitar o repasse financeiro.

(1) Acesso ao Sistema RENAINF — Ministério dos Transportes. <https://www.gov.br/transportes/pt-br/assuntos/transito/conteudo-Senatran/sistema-renainf>.

(2) Transferências de Recursos X Gastos Diretos. <https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603238-gastos-diretos-x-transferencias-de-recursos>.

(3) Resolução CONTRAN Nº 932 DE 28/03/2022 - Federal - LegisWeb. <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=429766>.

(4) PORTFÓLIO RENAINF - Minas Gerais. <https://transito.mg.gov.br/publico/legado/Portfolio%20RENAINF1.pdf>.

Questão 40: Recurso INDEFERIDO.

O DENATRAN publicará mensalmente, na forma de planilha, os valores acumulados das multas RENAINF que foram arrecadadas pelos DETRANs de licenciamento dos veículos, cujos valores devem ser solicitados entre o dia 1º e o dia 10 de cada mês pelo órgão atuador da multa.

- (1) <https://www.gov.br/transportes/pt-br/assuntos/transito/conteudo-Senatran/sistema-renainf#:~:text=O%20DENATRAN%20publicar%C3%A1%20mensalmente%2C%20na,pel o%20%C3%B3rg%C3%A3o%20atuador%20da%20multa.>

PROFESSOR PEDAGOGO

Questão 39: Recurso DEFERIDO.

Questão NULA.

PSICÓLOGO

Questão 35: Recurso INDEFERIDO.

A questão em comento é taxativa em dizer: “*transgressão de maior gravidade, como delineado nas diretrizes do Código de Ética*”, assim, no Código de Ética Profissional do Psicólogo, no que tange ao item DAS DISPOSIÇÕES GERAIS, diz o seguinte:

Art. 21 – As transgressões dos preceitos deste Código constituem infração disciplinar com a aplicação das seguintes penalidades, na forma dos dispositivos legais ou regimentais: a) Advertência; b) Multa; c) Censura pública; d) Suspensão do exercício profissional, por até 30 (trinta) dias, ad referendum do Conselho Federal de Psicologia; e) ***Cassação do exercício profissional, ad referendum do Conselho Federal de Psicologia.***

Esse item está em ordem do menos grave ao mais grave porque segue uma lógica progressiva de penalidades, com base na gravidade da infração disciplinar cometida. Vamos a explicação de cada item, por grau de gravidade:

1. Advertência: É a penalidade menos grave e geralmente é aplicada em casos de infrações leves ou como uma medida educativa para alertar o profissional sobre comportamentos inadequados.
2. Multa: É uma penalidade financeira que pode ser imposta em casos de infrações mais sérias, mas que ainda não justificam medidas mais drásticas.
3. Censura pública: Consiste na reprovação pública do profissional por condutas inadequadas, visando alertar a comunidade sobre sua conduta e promover a responsabilidade ética.
4. Suspensão do exercício profissional: É uma penalidade mais severa, que impede temporariamente o profissional de exercer sua profissão por um período determinado, geralmente em casos de infrações graves que exigem uma punição mais rigorosa.
5. Cassação do exercício profissional: É a penalidade mais grave e definitiva, que resulta na perda do direito de exercer a profissão. Geralmente é reservada para casos extremos de violação ética ou condutas que comprometem gravemente a integridade e confiança na profissão.

Essa ordenação das penalidades reflete a progressão lógica de medidas punitivas, com o objetivo de promover a ética e a responsabilidade profissional, ao mesmo tempo em que permite uma escalabilidade nas punições de acordo com a gravidade da infração.

Questão 36: Recurso DEFERIDO.

Questão NULA.

FISCAL AMBIENTAL

Questão 21: Recurso DEFERIDO.

Questão NULA.

Questão 23: Recurso INDEFERIDO.

Esta banca examinadora entende a letra C como correta. A relação entre incentivos fiscais e proteção ambiental é um tema relevante e complexo:

1. Artigo sobre Incentivos Fiscais e Proteção Ambiental:

- O artigo "Incentivos fiscais e proteção ambiental: tudo que você precisa saber" explora como os incentivos fiscais podem ser associados à proteção ambiental. Ele destaca que o governo pode oferecer esses incentivos de forma planejada, mirando setores e iniciativas que tragam retorno real, seja econômico ou institucional. Além disso, aborda a importância da proteção ambiental para a credibilidade das empresas no mercado.

2. Reflexão Crítica sobre Incentivos Fiscais e Proteção Ambiental:

- Um artigo intitulado "Instrumentos econômicos e proteção ambiental: uma reflexão acerca dos incentivos fiscais" discute as vantagens e limitações dos incentivos fiscais para estimular a proteção ambiental. Ele aborda questões jurídicas, orçamentárias, principiológicas e práticas relacionadas a esses instrumentos.

3. Considerações sobre o Impacto Econômico e Ambiental:

- Outro artigo, "Políticas públicas para a concessão de incentivos fiscais na proteção ambiental", destaca como o uso desses incentivos pode impactar o meio ambiente e a economia. Ele ressalta que a tributação pode ser um instrumento de política pública ambiental.

Em resumo, os incentivos fiscais podem ser uma ferramenta importante para promover a proteção ambiental, mas é essencial considerar suas limitações e avaliar cuidadosamente sua eficácia e eficiência. A relação entre esses dois aspectos é complexa e envolve diversos fatores legais, orçamentários e práticos.

Bibliografia:

(1) Incentivos fiscais e proteção ambiental: tudo que você precisa saber.
<https://solutiresponde.com.br/incentivos-fiscais-e-protecao-ambiental-tudo-que-voce-precisa-saber/>.

(2) Instrumentos econômicos e proteção ambiental: uma reflexão acerca dos
<https://bing.com/search?q=embasamento+para+coment%3%a1rio+sobre+incentivos+fiscais+para+prote%3%a7%3%a3o+ambiental>.

(3) Instrumentos econômicos e proteção ambiental: uma reflexão acerca dos
https://www.researchgate.net/publication/370171263_Instrumentos_economicos_e_protecao_ambiental_uma_reflexao_acerca_dos_incentivos_fiscais.

(4) POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A CONCESSÃO DE INCENTIVOS FISCAIS NA PROTEÇÃO
<https://paginasdedireito.com.br/artigos/todos-os-artigos/politicas-publicas-para-a-concessao-de-incentivos-fiscais-na-protECAo-ambiental.html>.

(5) O meio ambiente e os incentivos fiscais – SEDEP. <https://www.sedep.com.br/artigos/o-meio-ambiente-e-os-incentivos-fiscais/>.

Questão 24: Recurso INDEFERIDO.

- (A) Podem legislar livremente sobre todos os aspectos relacionados ao meio ambiente: Essa alternativa não está correta. **Os Municípios não têm total liberdade para legislar sobre todos os aspectos ambientais. Suas competências são delimitadas pela Constituição Federal.**

- (B) Devem seguir estritamente as diretrizes estabelecidas pela legislação federal e estadual: Essa alternativa também não está correta. **Embora os Municípios devam observar as diretrizes federais e estaduais, eles têm autonomia para legislar em questões de interesse local.**

- (C) Têm competência para legislar sobre questões de interesse local e complementar a legislação federal e estadual, no que couber: Essa alternativa está correta. De acordo com a Constituição Federal, os Municípios possuem competência legislativa complementar. Isso significa que eles podem criar normas ambientais **específicas para sua realidade local, desde que não contrariem as leis federais e estaduais.**

- (D) Não possuem competência para legislar sobre questões ambientais, sendo exclusiva dos Estados e da União: Essa alternativa está incorreta. **Os Municípios têm sim competência para legislar sobre questões ambientais, desde que dentro dos limites estabelecidos pela legislação superior.**

Portanto, a alternativa correta é (C) Têm competência para legislar sobre questões de interesse local e complementar a legislação federal e estadual, no que couber. Os Municípios desempenham um papel importante na gestão ambiental, adaptando as normas gerais às necessidades específicas de suas comunidades.

Bibliografia:

(1) A COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS AMBIENTAIS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.
<https://emporiododireito.com.br/leitura/a-competencia-dos-orgaos-ambientais-na-constituicao-federal-de-1988>.

(2) A COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS AMBIENTAIS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.
<https://bing.com/search?q=compet%c3%aancia+dos+Munic%c3%adpios+em+rela%c3%a7%c3%a3o+%c3%a0+legisla%c3%a7%c3%a3o+ambiental+Constitui%c3%a7%c3%a3o+Federal>.

(3) A competência do município em legislar sobre matéria ambiental e
<https://www.jusbrasil.com.br/artigos/a-competencia-do-municipio-em-legislar-sobre-materia-ambiental-e-urbanistica/484231490>.

(4) Competências dos Estados (art. 25 e 125, CF/88) e Municípios (art. 30
<https://www.jusbrasil.com.br/artigos/competencias-dos-estados-art-25-e-125-cf-88-e-municipios-art-30-cf-88/829883880>.

Questão 40: Recurso INDEFERIDO.

- (A) O prazo máximo para análise é de 12 (doze) meses, independentemente da existência de EIA/RIMA ou audiência pública: Essa alternativa está incorreta. De acordo com a Resolução CONAMA nº 237, o prazo máximo para análise de licenças ambientais pode variar e não é fixo em 12 meses. Além disso, a existência de Estudo de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) ou audiência pública pode influenciar o prazo.

Art. 14 - O órgão ambiental competente poderá estabelecer prazos de análise diferenciados para cada modalidade de licença (LP, LI e LO), em função das peculiaridades da atividade ou empreendimento, bem como para a formulação de exigências complementares, desde que observado o prazo máximo de 6 (seis) meses a contar do ato de protocolar o requerimento até seu deferimento ou indeferimento, ressalvados os casos em que houver EIA/RIMA e/ou audiência pública, quando o prazo será de até 12 (doze) meses.

- (B) A contagem do prazo de análise é suspensa durante a elaboração dos estudos ambientais complementares ou esclarecimentos pelo órgão de ambiental competente: Essa alternativa está correta. Durante a elaboração de estudos ambientais complementares ou esclarecimentos solicitados pelo órgão ambiental competente, o prazo de análise pode ser suspenso. Isso permite que o órgão avalie adequadamente as informações adicionais antes de tomar uma decisão.

Art. 14, § 1º - A contagem do prazo previsto no caput deste artigo será suspensa durante a elaboração dos estudos ambientais complementares ou preparação de esclarecimentos pelo empreendedor.

- (C) Os prazos estipulados podem ser alterados unilateralmente pelo competente, órgão ambiental independentemente da concordância do empreendedor: Essa alternativa está incorreta. Os prazos não podem ser alterados unilateralmente pelo órgão ambiental. Qualquer mudança deve ser justificada e discutida com o empreendedor.

Art. 14 § 2º - Os prazos estipulados no caput poderão ser alterados, desde que justificados e com a concordância do empreendedor e do órgão ambiental competente.

- (D) O prazo máximo para análise é de 6 (seis) meses, podendo ser estendido para até 24 (vinte e quatro) meses em casos excepcionais: Essa alternativa está incorreta. O prazo máximo para análise pode variar, mas não é fixo em 6 meses. A extensão para até 24 meses é possível em situações excepcionais, mas não é o prazo padrão. E a questão não fez menção a exceção.

*Art. 14 - O órgão ambiental competente poderá estabelecer prazos de análise diferenciados para cada modalidade de licença (LP, LI e LO), em função das peculiaridades da atividade ou empreendimento, bem como para a formulação de exigências complementares, desde que observado o prazo máximo de 6 (seis) meses a contar do ato de protocolar o requerimento até seu deferimento ou indeferimento, ressalvados os casos em que houver EIA/RIMA e/ou audiência pública, **quando o prazo será de até 12 (doze) meses.***

Portanto, a alternativa correta é (B) A contagem do prazo de análise é suspensa durante a elaboração dos estudos ambientais complementares ou esclarecimentos pelo órgão de ambiental competente.

(1) A COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS AMBIENTAIS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.
<https://emporiiodireito.com.br/leitura/a-competencia-dos-orgaos-ambientais-na-constituicao-federal-de-1988>.

(2) A COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS AMBIENTAIS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.
<https://bing.com/search?q=compet%3%aancia+dos+Munic%3%adpios+em+rela%3%a7%3%a3o+%3%a0+legisla%3%a7%3%a3o+ambiental+Constitui%3%a7%3%a3o+Federal>.

(3) A competência do município em legislar sobre matéria ambiental e
<https://www.jusbrasil.com.br/artigos/a-competencia-do-municipio-em-legislar-sobre-materia-ambiental-e-urbanistica/484231490>.

(4) Competências dos Estados (art. 25 e 125, CF/88) e Municípios (art. 30
<https://www.jusbrasil.com.br/artigos/competencias-dos-estados-art-25-e-125-cf-88-e-municipios-art-30-cf-88/829883880>.

FISCAL DE TRIBUTOS

Questão 36: Recurso INDEFERIDO.

A alternativa correta é a letra C. O preço público possui as seguintes características:

- Não é compulsório como a taxa**: Diferentemente das taxas, o preço público não é obrigatório para todos os usuários dos serviços públicos. Ele não possui natureza tributária e sim contratual, oriunda da contraprestação por um serviço prestado efetivamente.

- Não é determinado pela capacidade contributiva dos usuários: O preço público não está relacionado à capacidade financeira dos usuários. Ele é fundado no "jus gestionis" e pode ser instituído por Decreto, embora se sujeite ao regime jurídico de direito público, possui natureza de direito privado sob supervisão governamental.

- Não representa uma receita originária para o Estado: A receita originária está associada a tributos como as taxas. O preço público, por sua vez, é uma receita derivada, resultante da contraprestação por serviços específicos prestados pelo Estado.

- Não pode ser cobrado semelhante a um tributo: O preço público não segue as mesmas regras de cobrança que os tributos. Ele não está sujeito ao princípio da legalidade estrita e não é compulsório.

Portanto, a alternativa correta é a letra ****C****, que reconhece o preço público como uma receita derivada e voluntária, oriunda da prestação de serviços específicos pelo Estado.

(1) Súmula 545 do STF: as diferenças entre taxa e preço público. <https://www.jota.info/opiniaoe-analise/artigos/sumula-545-do-stf-as-diferencas-entre-taxa-e-preco-publico-09042021>.

(2) Diferença de taxa e preço público | Jusbrasil.
<https://www.jusbrasil.com.br/artigos/diferenca-de-taxa-e-preco-publico/381069102>.

(3) A respeito da receita pública, analise as afirmações: I....
<https://www.qconcursos.com/questoes-de-concursos/questoes/92bb5e59-0b>.

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

Questão 36: Recurso DEFERIDO.

Alteração do Gabarito para letra B.

A letra B está correta porque durante o processo de protocolo, os documentos particulares e sigilosos são recebidos, separados e encaminhados. Apenas passam pelo procedimento básico de recebimento e encaminhamento para as áreas responsáveis. As demais alternativas não refletem o correto procedimento para documentos dessa natureza.

Questão 37: Recurso DEFERIDO.

Alteração do Gabarito para letra C. Expedição.

RECURSOS CONTRA O GABARITO PRELIMINAR

Ana Paula do Espírito Santo Moreira	ACS	INFEDERIDO
Wanderson Matheus Miguel de Souza	ACS	DEFERIDO
Marcos Nunes da Costa	ENDEMIAS	DEFERIDO
Priscilla albuquerque Fonseca	ACS	DEFERIDO
Francisco Denison Alves da Silva	Guarda Civil Municipal	INFEDERIDO
Ana Cecília Freitas de Melo	Fiscal de Obras e Posturas	INFEDERIDO
João gabriel carvalho morais	Fiscal de Obras e Posturas	DEFERIDO
Matheus Henrique dos Santos Ferreira	Guarda Civil Municipal	INFEDERIDO
Maurício de Sousa Araujo	Fiscal de Tributos Municipais	INFEDERIDO
Douglas rodrigues barbosa	Agente Municipal de Transito	INFEDERIDO
Rodrigo ramos de souza	Guarda Civil Municipal	DEFERIDO
Vilsa Quintino de Moura Abreu	Agente Municipal de Transito	INFEDERIDO
Brenda Catarina de Souza	Monitor Escolar	INFEDERIDO
Veranice Gonçalves dos Santos	Monitor Escolar Assistente	INFEDERIDO
Leidiane alves lima	Administrativo Guarda Civil	INFEDERIDO
Thomas Anderson Barbosa de Oliveira	Municipal Condutor de	INFEDERIDO
Jeffeson do Nascimento Garcias	Veículos	INFEDERIDO
Nudiane aparecida gomes batista	Aux.Higiene e Alim	INFEDERIDO
Luiza ferreira de almeida	Aux.Higiene e Alim	INFEDERIDO
Camila camargo borges	Fiscal Ambiental	INFEDERIDO

Bruno Pereira de Morais	Aux.Higiene e Alim	INFEDERIDO
Kelly Cristina Martins da Silva	Aux.Higiene e Alim	INFEDERIDO
Janaína inocência costa	PROFESSOR	INFEDERIDO
João Lucas Pereira Correia de Miranda	PROFESSOR	INFEDERIDO
Anne karoline rodrigues de sousa carvalho	PROFESSOR	DEFERIDO
Andréia alves costa	PROFESSOR	INFEDERIDO
Fernanda de Jesus Borges	TEC. ENFERMAGEM	DEFERIDO
Janayna Rodrigues de Assunção	PROFESSOR	INFEDERIDO
Eunice terezinha teles curado	GESTOR JURIDICO	INFEDERIDO
Cristiane Silvério de Almeida Campos	ACS	INFEDERIDO
Matheus Daniel da Silva	GUARDA CIVIL	INFEDERIDO
Rosiane celina amaral torquato	PROFESSOR	INFEDERIDO
Juliane nunes souza silva	PROFESSOR	INFEDERIDO
Mauricio Santos de Sousa	Guarda Civil Municipal	INFEDERIDO